

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Nova escalada	2
Título: Guardia defende projeto de leilão sem dividir recursos	4
Título: Queda da gasolina quase não chega às bombas	5
Título: Decisão sobre tabelamento do frete fica para 2019	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Lobby na infraestrutura testa proposta de Bolsonaro de pôr fim à barganha	8
Título: Setor precisa de menos intervenção estatal, diz economista	10
Título: Gasolina cai 1,3%, mas postos mantêm margens.....	12
Título: Três anos após tragédia, vítimas de Mariana enfim projetam suas novas casas	14
Título: Guardia defende regra que deixa estados fora de divisão de recursos do pré-sal	18
Título: Apesar de queda da cotação do ferro, receita do Brasil deverá ser estável	20
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	21
Título: » Lugar ao sol.	21
Título: Inflação mais alta para quem ganha menos	21
Título: Bolsonaro tenta nova saída para cessão onerosa	22
Título: Queiroz Galvão Energia pede recuperação extrajudicial.....	24
Título: Economista é cotado para Minas e Energia.....	25
VEÍCULO: Correio Braziliense	26
Título: Combustíveis em alta em Minas e no Distrito Federal	26
VEÍCULO: Valor Econômico	26
Título: Destaques	26
Autor: Camila Maia e Fernanda Pires De São Paulo	28

Título: Braço de energia da Queiroz Galvão pede recuperação extrajudicial.....	28
Título: Petrobras avalia plano 2019-2023	30
Título: Minério de ferro cai 8,4% e pode se desvalorizar mais	31
Título: Volatilidade do petróleo afeta moedas de exportadores da commodity	33
Título: Relator vota a favor da Petrobras em julgamento bilionário no Carf.....	34

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/11/2018

Seção: Economia

Autor: João Sorima Neto e Manoel Ventura

Título: Nova escalada

Dólar sobe pelo quinto pregão, vai a R\$ 3,91, e Banco Central anuncia leilão de US\$ 2 bi

O cenário conturbado da economia global —com forte oscilação nos preços de commodities e incerteza sobre os rumos da guerra comercial —reduz a cada dia a onda de otimismo do mercado financeiro desde as eleições. Passada a campanha, o mercado financeiro passou por um choque de realidade e, ontem, a moeda americana fechou em alta pelo quinto dia seguido, com valorização de 2,4%, a R\$ 3,913, maior patamar desde o início de outubro.

Diante da nova escalada da moeda americana, o Banco Central (BC) anunciou ontem que emprestará US\$ 2 bilhões das reservas internacionais para segurar a cotação e acalmar o mercado. O BC não emprestava dólares com compromisso de recompra, o chamado leilão de linha, desde o dia 28 de agosto, em meio a oscilações no mercado durante o período eleitoral.

Analistas de câmbio ouvidos pelo GLOBO avaliam que, passada a eleição presidencial, quando o dólar recuou de R\$ 4,20 para R\$ 3,70, a moeda americana começou a ser pressionada por fatores externos, como a queda acumulada no período do preço de commodities importantes, como petróleo e minério de ferro, além dos efeitos da disputa comercial entre EUA e China.

Fatores internos também têm contribuído para reduzir o entusiasmo. O adiamento da votação da Reforma da Previdência para 2019 sinalizou que o governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro, terá de negociar para aprovar medidas no Congresso, o que leva muitos investidores a manter apostas no avanço do dólar. A alta acumulada pela moeda americana nos últimos cinco pregões é de 4,75%.

— Há um fluxo negativo de recursos de estrangeiros na Bolsa, que ainda não compartilha do otimismo do investidor local. Em novembro, a saída de recursos da Bolsa soma R\$ 3,5 bilhões, o que reduz a liquidez no mercado de câmbio.

Além disso, algumas empresas multinacionais já começam a se preparar para remeter lucros e dividendos ao exterior no fim do ano, o que também faz a divisa subir — diz Fernando Bergallo, diretor de câmbio da FB Capital, lembrando que a previsão de desaceleração da economia global também pesa no humor dos investidores.

Para Ricardo Gomes da Silva, diretor da corretora de câmbio Correparti, o mercado se deu conta dos entraves adiante para o próximo governo: — Passada a eleição, voltamos a encarar o Brasil real, com problemas fiscais nos Estados, dificuldades que o novo governo terá para aprovar medidas no Congresso. Nem a independência do Banco Central foi votada este ano, e a reforma da Previdência ficou para 2019.

Há incerteza até quanto à votação da cessão onerosa (acordo pelo qual a Petrobras adquiriu o direito de explorar cinco bilhões de barris de petróleo no pré-sal e que é pré-condição para o megaleilão de petróleo em 2019). Tudo isso leva os investidores a buscarem “proteção” no dólar.

CÂMBIO À MERCÊ DO EXTERIOR

Os analistas também apontam a queda acumulada, desde outubro, no preço do petróleo como fator de pressão sobre a moeda. A desvalorização no preço da commodity afeta divisas de países ligados ao petróleo, como Brasil, Rússia e África do Sul. Ontem foi a vez do preço minério de ferro despencar mais de 8% no mercado internacional.

O real acabou sendo afetado porque o Brasil é um dos grandes exportadores do produto. Cleber Alessie, operador de câmbio da H. Commcor, avalia que dificilmente o dólar voltará para R\$ 3,70 no curto prazo se não houver fato positivo no mercado doméstico: — Se o Congresso aprovasse pelo menos a independência do BC, poderíamos ter algum impacto no câmbio. Se nada acontecer, o câmbio fica à mercê do exterior.

BOLSA TEM QUEDA DE 0,79%

Ontem também foi um dia de perdas no mercado de ações. O Ibovespa, principal índice acionário do país, fechou em queda de 0,79%, aos 85.546 pontos, depois de ter ficado boa parte do dia em alta.

O movimento das ações de bancos, que têm forte peso sobre o Ibovespa, foi o que mais contribuiu para o dia de perdas na B3. As ações preferenciais (PN, sem voto) do Itaú Unibanco recuaram 1,33%, enquanto as PN do Bradesco perderam 1,87% . — Os bancos passaram a cair e puxaram o índice, que vinha em alta.

O dia foi mais tranquilo nos pregões lá fora, mas por aqui a aversão ao risco acabou prevalecendo com a saída de recursos de investidores estrangeiros — avaliou Ari Santos, operador da corretora H. Commcor.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/11/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Guardia defende projeto de leilão sem dividir recursos

Para ministro da Fazenda, aprovação sem previsão de repasse prometido por Guedes acelera realização do certame de R\$ 100 bi

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, defendeu ontem que o projeto de lei que permite um megaleilão de petróleo na camada pré-sal — com arrecadação que pode chegar a R\$ 100 bilhões — seja votado sem prever repasse de recursos para estados e municípios. A ideia é que, se ele for aprovado no Senado sem alterações, não terá que voltar à Câmara e, com isso, o assunto será resolvido mais rapidamente.

Os senadores podem votar a proposta hoje. Em negociação com governadores, o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, aceitou fazer uma divisão de parte dos recursos do leilão com estados e municípios. Isso não está previsto na proposta atual.

Mas o presidente do Senado, Eunício Oliveira, tenta um acordo entre o atual governo e Guedes sobre a divisão dos recursos para colocar o projeto em votação. —A regra que está em vigor funciona bem. Eu manteria a regra que está em vigor —disse Guardia.

SEM MEDIDA PROVISÓRIA

O ministro negou conversas para a edição de uma medida provisória(MP)pelo governo Temer para definir critérios de divisão dos recursos com estados e municípios. Segundo a equipe de Guedes, eles poderiam ficar com 20% da arrecadação total do leilão. Para acelerar o processo sem mexer no projeto que está no Senado, essa seria uma das alternativas em estudo.

Um outro caminho para repartir o dinheiro, mas no longo prazo, seria aprovar um outro projeto que está na Câmara e que destina 30% de um fundo que recebe recursos do pré-sal para os cofres de governadores e prefeitos. O presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), não pautou o texto para votação hoje.

Enquanto o projeto sobre o leilão está em discussão no Congresso, a equipe de Guedes iniciou conversas com integrantes do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a revisão do contrato da cessão onerosa (acordo pelo qual a Petrobras adquiriu o direito de explorar cinco bilhões de barris de petróleo na camada pré-sal).

A aprovação do projeto do Senado facilita essa revisão e abre caminho para a realização do megaleilão. O governo de Michel Temer já encaminhou ao TCU minutas sobre a revisão do contrato com a Petrobras e do edital do leilão.

Técnicos que participam das discussões avaliam que o aval do TCU para as negociações entre União e Petrobras é fundamental, mesmo que o projeto seja aprovado no Congresso.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/11/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa E Ramona Ordoñez

Título: Queda da gasolina quase não chega às bombas

Apesar da redução de 32,9% do preço na refinaria desde setembro, litro do combustível nos postos do Rio caiu só 1,5%. Segundo dados da ANP, em 19 estados e no Distrito Federal retração foi maior

O consumidor ainda não sentiu no bolso a redução de 32,9% feita pela Petrobras no preço da gasolina nas refinarias desde 25 de setembro. No Rio de Janeiro, por exemplo, o combustível vendido nos postos caiu, em média, apenas 1,5%, passando de R\$ 5,056 por litro na semana de 23 a 29 de setembro para R\$ 4,978 por litro entre os dias 18 e 24 de novembro, de acordo com o levantamento de preços da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

No país, 20 unidades da federação reduziram o valor em um ritmo maior que o Estado do Rio. A maior queda ocorreu no Distrito Federal, com recuo de 7%, para R\$ 4,518, na mesma comparação. Já no Amazonas houve alta de 2,3% no período, para R\$ 4,861.

De acordo com especialistas, o aumento de margens de lucro por distribuidoras e postos revendedores e a carga tributária, especialmente o ICMS, são os principais fatores que impedem a redução nas refinarias de chegar às bombas na mesma proporção.

No Rio, o valor de referência da gasolina usado para calcular o pagamento de ICMS, que é definido pelo governo do Estado do Rio, vem aumentando desde o fim de setembro, ao contrário da cotação do produto na refinaria. Esse valor de referência passou de R\$ 4,875 por litro, na primeira quinzena de setembro, para R\$ 5,068, na última quinzena de novembro. Ou seja, o preço cai na refinaria, mas a mordida do imposto, não.

RECUPERAÇÃO DE MARGENS

Ontem, a Petrobras anunciou mais uma redução para o preço da gasolina nas refinarias. A partir de hoje, o valor cobrado dos distribuidores será de R\$ 1,5007. É uma queda de 3,52% em relação ao patamar anterior, de R\$ 1,5556. Será assim o 17º recuo consecutivo feito pela estatal. Os preços começaram a cair em 25 de setembro, quando a gasolina tinha preço de R\$ 2,2381.

A correção para baixo faz parte da política da Petrobras de repassar para o consumidor as oscilações da cotação do petróleo no mercado internacional. Desde 25 de setembro, o barril de petróleo do tipo Brent teve queda de 26%, passando de US\$ 81,87 para US\$ 60. Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura, destaca que a parcela da refinaria no preço do combustível no país é de apenas 27% do total, bem menor que os 80% nos EUA.

Para o consultor do setor de combustíveis Luiz Henrique Sanches, o consumidor ainda não sentiu a queda na bomba porque postos de combustíveis e distribuidoras estão tentando recuperar suas margens de lucro como forma de mitigar as perdas decorrentes da queda no consumo de combustíveis com a economia em marcha lenta: —Distribuidoras e postos estão se aproveitando claramente e se apropriando de margens.

Os postos estão passando por dificuldades. Leonardo Gadotti, presidente da Plural, que reúne as distribuidoras de combustíveis, nega que o setor esteja se apropriando de margens. Segundo ele, a redução de preços nas refinarias não é imediata: —Quem faz preço é o mercado, e o mercado é livre. Não existe apropriação de margens.

A médio prazo o mercado vai refletir essa redução nas refinarias. Cida Schneider, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes e de Lojas de Conveniência do Município do Rio de Janeiro (Sindicomb), lembra que o ICMS no estado é o maior do país, com alíquota de 34%: —Os postos são o último elo de uma cadeia de preços livres e, por isso, dependem do repasse dos elos anteriores.

O ICMS é R\$ 1,75 do preço da gasolina. Ao todo, no Rio, 50% do preço na bomba são de impostos. A Secretaria de Fazenda do Rio disse que o preço médio é calculado com base nos valores praticados pelos postos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/11/2018

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca e Eliane Oliveira

Título: Decisão sobre tabelamento do frete fica para 2019

Apesar da pressão do setor produtivo, STF adia julgamento sobre constitucionalidade da medida

Mesmo diante das queixas do setor privado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu adiar para o próximo ano a decisão sobre o tabelamento do frete. Desde que a medida foi adotada, em maio, para acabar com a greve dos caminhoneiros, entidades do setor produtivo pedem à Corte que decida sobre a constitucionalidade da matéria.

Para os empresários, o piso do frete é inconstitucional porque significa interferência do governo na livre iniciativa. Em entrevista ao GLOBO, a futura ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou que “se dependesse do próximo governo, o tabelamento não existiria”. Ela admitiu, no entanto, que o assunto está nas mãos do ministro Luiz Fux, relator de três ações contra a política do frete mínimo no Supremo.

Fux tentou fazer um acordo entre as partes, mas não conseguiu. Ele havia prometido levar o assunto para o plenário em novembro. No entanto, o item não entrou na pauta.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 27/11/2018**Seção:** Mercado**Autor:** Julio Wiziack**Título:** Lobby na infraestrutura testa proposta de Bolsonaro de pôr fim à barganha

Pressão política contra transferência de comando a militares atrasa escolha de nomes para área

Brasília - A área de infraestrutura se tornou uma espécie de prova de fogo para a proposta do presidente eleito Jair Bolsonaro de promover o fim das negociações políticas na destinação de verbas para obras públicas —o conhecido toma-lá-dá-cá. Desde a campanha, ele possui a ideia fixa de deixar a área com os militares, mas a transferência de secretarias e ministérios para essa nova esfera de influência vem encontrando forte resistência de segmentos políticos e empresariais.

Iniciada a transição, Bolsonaro afirmou que acabaria com o jeito antigo de fazer política, daria mais poder aos municípios, e, por isso, fecharia o Ministério das Cidades. Encontraria outra forma de liberar os R\$ 11 bilhões em verbas para projetos em redutos eleitorais de deputados e senadores.

O resultado dessa eventual mudança é que os **Ministérios de Minas e Energia** e o de Transportes, Portos e Aviação Civil se tornaram alvo de disputas entre políticos interessados em garantir para suas praças parte da destinação dos R\$ 35,7 bilhões em investimentos previstos no Orçamento conjunto dessas pastas para investimentos.

Representantes do PR e do MDB tentam convencer Onyx Lorenzoni (DEM-RS), futuro ministro da Casa Civil e chefe do governo de transição, a manter indicações políticas nessas duas pastas em troca de apoio nas votações de reformas importantes e polêmicas, como a da Previdência e a tributária.

Em suma, justamente o que não querem Bolsonaro e os militares.

Pessoas que participam das conversas afirmam que a pressão tem vindo de diferentes frentes.

A indicação do consultor Adriano Pires para o ministério de Minas e energia, por exemplo, partiu de caciques do MDB.

Pires representa também empresários do setor de óleo e gás, um dos grupo que têm tido forte interlocução no governo de Michel Temer. O deputado Jaime Martins (Pros-MG) também foi um nome que surgiu de políticos.

O escolhido pelo vice-presidente, o general Hamilton Mourão, foi Paulo Pedrosa, que ocupou a secretaria executiva do ministério antes de **Moreira Franco (MDB-RJ)** tomar posse como ministro.

A indefinição em relação a quem afinal vai comandar a pasta já dura cerca de vinte dias por causa das divergências entre as diferentes alas.

Para os Transportes, o PR gostaria de manter o atual ministro, Valter Casimiro, mas o deputado Alexandre Baldy (PP-GO) surgiu no final da semana como mais um postulante para cargo.

Os generais escolheram inicialmente o tenente-coronel Jamil Megid Júnior. No entanto, nesta segunda-feira (26), surgiu como cotado o general Joaquim Brandão. Ele deve comandar o ministério de Infraestrutura, que combinaria Transportes, Portos, Aviação e Telecomunicações.

Outro alvo de disputas é o PPI (Programa de Parceria em Investimentos), que centralizará as privatizações e concessões de Bolsonaro.

O general Mourão chegou a afirmar que coordenaria o programa. Mas o advogado Gustavo Bebianno, futuro ministro da Secretaria-Geral da Presidência, foi nomeado dizendo que assumiria o PPI, mas o programa ficaria sob os cuidados de Pablo Tatim, hoje braço direito de Onyx na transição.

No arranjo da semana passada, ficou praticamente definido que Mourão levaria não só no comando do PPI como também na coordenação das pastas de Transportes e Minas e energia —que seguirão como ministérios.

No entanto, nesta segunda-feira (26), surgiu como cotado para a coordenação de infraestrutura o general Joaquim Brandão. E Bebianno voltou a tratar de PPI.

No início da transição, o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, quis ficar com o PPI, que será um dos pilares de sua agenda econômica.

Concordou em abrir mão do programa desde que ele ficasse com um militar, com status de ministro e força para acelerar as privatizações e concessões.

Poderia ser o general Mourão ou o general Oswaldo Ferreira, mas seria preciso que tivessem cargo de ministro na Presidência da República para garantir a

autonomia e o caráter de coordenação entre diversos órgãos da administração que compete ao PPI na definição dos projetos.

Ferreira, que coordenou os grupos de trabalho dessa área durante a campanha para a elaboração do plano de governo, já afirmou que não tem interesse em ter cargo no governo Bolsonaro.

Retornar às atividades públicas tem sido um desafio para parte dos militares. A área de infraestrutura se sofisticou nos últimos anos e alguns dos envolvidos na transição entendeu que não bastam bons projetos e organização para tocar as obras. É preciso entender o funcionamento de novidades, como o mercado livre de energia e a estrutura de financiamento de projetos via mercado capitais.

Os militares dedicam parte do tempo da transição a assimilar as novidades.

Na área de aviação, por exemplo, os generais começaram a se reunir com membros da administração atual para tomar pé da situação, mas a impressão de quem atua hoje no setor é a de que os militares estão desatualizados e desconfortáveis depois de passarem muitos anos distantes da indústria.

A referência dos militares ainda é o antigo DAC (Departamento de Aviação Civil), que ficava sob o Comando Aeronáutica até 2006, quando foi substituído pela Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

Segundo interlocutores com quem os militares se comunicaram no governo nas últimas semanas, ainda é preciso explicar a eles como funcionam as novas tecnologias e o atual modelo de negócios da indústria de aviação, como a liberdade tarifária, iniciada há mais de 15 anos, e as recentes mudanças na cobrança pelo despacho de bagagem, entre outras novidades.

Colaboraram Joana Cunha e Taís Hirata

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Flavia Lima

Título: Setor precisa de menos intervenção estatal, diz economista

São Paulo- Para destravar projetos de infraestrutura, pouco importa se a interlocução do governo será feita com bancadas ou partidos: são políticos com os quais é preciso ter boa articulação, diz Sergio Lazzarini, autor do livro "Capitalismo de Laços".

Segundo a obra, no Brasil, o financiamento público costuma favorecer empresários em troca de apoio político.

Para o professor do Insper, a distorção pode ser contornada com menos intervencionismo — o que parece ser a orientação do futuro governo de Jair Bolsonaro, diz.

"Só que esse pessoal precisa dar sinais mais fortes", diz.

Ele minimiza a importância de militares na infraestrutura para inibir laços inadequados. "É uma tarefa política" *

Como fomentar projetos de longo prazo?

Há vários projetos de infraestrutura que podem parar em pé com capital privado, como os de **transmissão de energia** que têm captado recursos com debêntures. A expansão desse mercado privado vem com a redução de incertezas para o empresário e para o investidor

De que forma?

Um governo que faça menos intervenções — e essa parece ser a orientação da equipe econômica do Bolsonaro. Só que esse pessoal precisa dar sinais mais fortes.

Quais?

Boas indicações para agências reguladoras, oferta de crédito subsidiado de modo seletivo e redução de incertezas ambientais ou impostas por órgãos de controle. Tem que deixar claro antes da licitação os requisitos da obra. Não dá para a empresa assumir o aeroporto e vir o TCU dizer que não está adequado. Por que não falou antes?

A ideia de Bolsonaro de negociar com bancadas e não partidos ajuda a combater o capitalismo de laços?

Bancada ou partido, só muda o nome. São políticos e é preciso saber o que querem em troca. O governo precisa ser capaz de articular bons projetos e convencer esse pessoal a aprová-los. Um exemplo é a lei das agências reguladoras que desvirtua a lei das estatais e está indo para o Senado. Bancada ou partido, alguém tem que chegar lá e se dizer contra a flexibilização de nomeações feita no Congresso.

Militares com mais poder na infraestrutura podem inibir esse comportamento?

As interlocuções dentro do governo são um processo complicadíssimo. O governo precisa sentar com órgãos de controle, ambientais. Isso tudo demanda muito conhecimento da máquina pública, articulação. Não sei se um militar pode ter competência acima de outras pessoas para fazer isso.

No fim, é uma tarefa política?

Sim. Há aprovações legislativas que precisam ser feitas e toda uma costura de relação internas entre órgãos de controle, áreas de governo e ministérios para acelerar esses projetos. Se fosse no tempo da ditadura, se dizia, "militares, vão lá e toquem a obra" Não era preciso falar com órgão ambiental ou de controle. Mas não estamos e espero que continuemos assim.

É possível melhorar esse ambiente regulatório no curto prazo?

O governo Temer, que assumiu em 2016, estava muito ciente dessa agenda e patinou bastante, não aprovou a lei das agências reguladoras.

Que conselho o sr. daria ao novo governo?

O TCU e o BNDES lançaram consulta pública para sugestões de aumento de transparência. Um grande passo. Chama mais gente. Controladoria, o pessoal ambiental. É preciso esse tipo de interlocução para reduzir a incerteza geral que vem afetando os projetos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Gasolina cai 1,3%, mas postos mantêm margens

Rio De Janeiro O preço da gasolina nas refinarias da Petrobras terá novo corte nesta terça-feira (27), para o menor valor em 13 meses, considerando a correção pela inflação.

Nas bombas, porém, o repasse continua tímido, de acordo com dados da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e biocombustíveis).

Nesta terça, a Petrobras venderá gasolina a R\$ 1,5007 por litro em suas refinarias, 3,5% a menos do que o preço vigente nesta segunda. Será o 17º corte consecutivo desde o dia 22 de setembro.

Nesse período, a Petrobras já reduziu o preço da gasolina em 34%. Nas bombas, porém, a queda acumulada é de apenas 3%, segundo dados divulgados nesta segunda-feira (26) pela ANP. Na semana passada, o litro da gasolina era vendido no país, em média, por R\$ 4,554.

O repasse vem sendo segurado por aumento nas margens de lucros dos postos, que voltou a subir na semana passada, para R\$ 0,580 por litro, 7% a mais do que na semana anterior, quando já havia atingido níveis equivalentes aos praticados durante a paralisação dos caminhoneiros, em maio, quando a escassez levou à explosão das margens.

Na comparação com a semana de 22 de setembro, a fatia do preço final que fica com os donos de postos subiu 35,8%. O setor contesta os números da ANP e diz que a queda do preço nas bombas depende da velocidade do repasse das distribuidoras.

Para especialistas, os revendedores podem estar aproveitando o momento de queda para recuperar margens perdidas durante o período de altos preços da gasolina nas refinarias, que aumentou a competição com o etanol.

A última vez a gasolina esteve abaixo de R\$ 1,50 nas refinarias, em valores corrigidos pela inflação, foi no dia 24 de outubro de 2017. Na época, o preço médio do combustível nas bombas era R\$ 4,072 (corrigido pela inflação), quase R\$ 0,50 abaixo do atual.

A margem de revenda era R\$ 0,438 (também corrigido pelo IPCA), ou cerca de R\$ 0,15 a menos do que na semana passada. O preço médio de venda pelas distribuidoras era R\$ 3,634 por litro, R\$ 0,31 a menos do que na terceira semana de outubro de 2018.

Nessa parcela, estão incluídos os impostos, outro fator que vem segurando o preço da gasolina no país. Como os estados calculam o ICMS sobre o preço de bomba, a carga tributária também demora a reagir aos cortes promovidos no valor de venda das refinarias.

O preço médio do diesel ficou praticamente estável na semana passada, com queda de apenas 0,4%, para R\$ 3,650 por litro. O valor é 1,8% inferior ao praticado no fim de outubro, quando a ANP autorizou corte de 10% no preço de refinaria.

Desde o início do programa de subvenção federal, em junho, o preço de venda do óleo diesel por produtores e importadores é tabelado. Na fase atual do programa, o valor é revisto a cada 30 dias, de acordo com a variação das cotações internacionais do petróleo e da taxa de câmbio.

A próxima revisão será na quinta (29).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/11/2018

Seção: Cotidiano

Autor: Gabriela Longman e Lalo de Almeida

Título: Três anos após tragédia, vítimas de Mariana enfim projetam suas novas casas

Famílias de comunidade destruída pela lama ajudam a definir a cara de novo vilarejo, prometido para 2020

25 arquitetos trabalham em mais de 240 obras, de residências a equipamentos públicos

Eles perderam as casas que tinham, e a pergunta que ressoa é: como recuperar o irrecuperável? Passados três anos do maior desastre ambiental do Brasil, moradores do distrito de Bento Rodrigues, principal comunidade de Mariana (MG) destruída pela lama da mineradora Samarco, vivem o momento de projetar um novo distrito e suas futuras casas dentro do processo de compensação.

Numa negociação intrincada entre a Comissão de Atingidos, o Ministério Público e a Fundação Renova (estabelecida em agosto de 2016 pela Samarco), cada ponto do processo é discutido e disputado até a conclusão. Foi assim com a escolha do terreno e com o tamanho e as características dos futuros lotes do reassentamento.

Agora, o momento é o de preparar a licitação para definir a empresa que vai construir as primeiras casas.

A Folha teve acesso a alguns dos projetos desenhados em conjunto pelas famílias atingidas e pelo time de arquitetos contratado pela Renova.

Elas foram planejadas a partir das lembranças e vontades de cada morador — desde a disposição dos cômodos até a escolha dos revestimentos.

“Nada do que a empresa e a Fundação Renova estão fazendo é de espontânea vontade, mas fruto de pressão e de uma série de acordos e decisões judiciais exigindo atuação participativa”, afirma o promotor Guilherme de Sá Meneghin, que atua no caso desde os primeiros instantes da tragédia, em novembro de 2015 — a Samarco é uma sociedade da Vale e da anglo-australiana BHP Billiton.

“Não podíamos aceitar um reassento ao estilo Minha Casa Minha Vida, porque não era a realidade deles”, completa.

O plano é que esse modelo de reassentamento participativo sirva de exemplo para outros afetados por desastres.

Morador da antiga rua São Bento, Antonio Alves, 73, e família eram conhecidos pelas festas no quintal. Pneus pintados e antigos bancos de ônibus coloriam o espaço, que recebia os aniversários e churrascos de fim de ano. Depois do desastre, a família morou em três casas alugadas, mas sente falta da área livre, do pomar e do fogão à lenha.

“Só quero uma casa minha para onde possa voltar, pregar um prego e pendurar um quadro. Não vou furar parede na casa dos outros”, diz o aposentado, que ao longo da vida trabalhou em empresas ligadas a **carvão** e alumínio.

Inspirada na morada original, o projeto para a nova casa ganhou janelas-balcão, lavabo e uma planta em H que melhora a ventilação e a circulação. “É uma releitura da casa anterior”, explica o arquiteto Paulo Carneiro, 33. “Ele [Antonio] sempre falou: “Eu quero simplicidade”. Ficou uma casa bem mineira.”

Os encontros entre arquitetos e atingidos acontecem desde 30 de maio. Delá para cá, cerca de 90 dos 240 projetos do novo Bento foram desenvolvidos, além do desenho de equipamentos públicos como escola e posto de saúde.

Nas próximas semanas, os moradores começam a visitar os lotes. Enquanto alguns querem a nova casa mais parecida o possível com a que perderam, outros preferem esquecer e começar tudo do zero.

Fruto da autoconstrução, muitas das casas originais não tinham laje, a caixa d’água era exposta e a ocupação do terreno nem sempre obedecia aos critérios da legislação.

“Tem muita gente que fala : “Eu mesmo posso fazer”. A gente tenta explicar que está aqui com uma visão técnica para ajudar”, conta a arquiteta Ana Maria Martins da Costa.

“Tem morador que diz: “Quero tal coisa porque minha casa infiltrava. Quando a gente explica que não vai infiltrar, os parâmetros e as opções vão mudando.”

Uma das primeiras casas projetadas por ela foi a do casal Lilian Cristina Soares e Cleisson Calixto, conhecido como Foguinho, que começava a construção da casa quando o desastre aconteceu.

“A gente tinha o lote num dos primeiros lugares que a lama passou”, conta Lilian. “No projeto só ia dar dois quartos. Eu tenho três meninos e uma menina e falei: “Não, eu quero com três”. Ela [arquiteta] levou, refez tudo. Pelo projeto ficou melhor do que a que nós íamos fazer. Agora a gente está esperando.”

O processo de espera inclui pelo menos uma reunião semanal — enquanto alguns atingidos são participantes assíduos, outros vão apenas quando há uma decisão importante a tomar.

Um dos desafios urbanísticos é reconstruir o distrito o mais perto possível do que havia anteriormente e ao mesmo tempo trabalhar dentro dos parâmetros legais.

Com 375 hectares, o terreno adquirido para o novo Bento (uma antiga fazenda de eucaliptos no meio do caminho entre Bento original e o centro de Mariana) está em fase de terraplanagem.

Embora o traçado urbano, o nome das ruas e as relações de vizinhança repitam o desenho original, a topografia é outra: a área antiga era mais plana, de várzea, e o novo terreno tem declividade maior. O projeto urbano foi aprovado pela comunidade em fevereiro, pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, em junho, e ganhou alvará em 1º de agosto.

“Bento atingido tinha por volta de 50 hectares, com casas dentro de áreas de preservação permanente, formas irregulares de ocupação. Se você pegar o desenho urbano de Bento na origem você vai ver que ele é mais orgânico, que os lotes têm poligonais meio malucas. Os novos lotes têm áreas mínimas maiores do que as áreas que eles tinham lá, cresceu consideravelmente”, explica Álvaro Braga, coordenador dos cerca de 25 arquitetos que trabalham no projeto, em um escritório no centro de Mariana.

Assim, famílias que tinham lotes de 75 m² ou 100 m² receberão um de 250 m². Em áreas de declividade acentuada, o lote mínimo é 600 m² para compensar o relevo.

No processo de cálculos, um dos pontos de conflito é definir o que entra como restituição (via direito à moradia) e o que entra como compensação (ou seja, é contabilizado no valor de indenização, outro capítulo do processo).

Um morador tinha um galinheiro, mas não quer mais criar galinhas. Ao mesmo tempo, quer uma piscina. Quanto vale um galinheiro e quanto vale uma piscina? A equação não é fácil.

O processo inclui ainda burburinhos sobre as casas dos outros. Quem escolheu o quê, quem mudou de ideia depois que viu um projeto mais bonito ou uma solução melhor encontrada por outro morador.

Comandando uma equipe de 550 funcionários que deve crescer para 2.000 nos próximos meses, a engenheira civil e gerente de reassentamento Patrícia Lois, 48, discute agora com a comunidade como será o processo de licitação e a escolha da empreiteira para a construção do novo distrito, que tem custo estimado de R\$ 132,5 milhões.

Até o momento, o projeto urbanístico e de casas foi desenvolvido por uma associação entre a Julião Arquitetos, empresa com sede em Alphaville (SP), e a Tecservice Engenharia, de Belo Horizonte.

“Eu falo: a obra é a parte mais fácil. A questão social é transversal, envolvendo pertencimento e retomada do modo de vida. Nesse sentido, a gente precisa ter calma e ter pressa. Quanto mais eles ficarem longe, as famílias mudam, os idosos envelhecem.”

Segundo ela, a entrega das casas deve acontecer em 2020, cinco anos após a tragédia. O novo distrito de Bento fica a 9 km do antigo Bento e a 8 km da sede urbana de Mariana.

Morador da antiga rua Cônego Veloso, Edel Santana, 61, trabalhava como motorista de van, no transporte de meninos e professores da Apae. No dia do desastre, esperava em casa a hora certa para sair.

“Começou a gritaria na rua. Subi as escadas até o terraço, a lama vinha, aquele barulhão. Aí que eu deduzi: A barragem estourou’. Minha garagem tinha dois portões eletrônicos que já não abriam com a falta de luz. Saí correndo quase um quilômetro, pulei muro, passei por baixo de cerca, nem olhei para trás. A lama levou toda a casa, arrancou até o piso. Tinha uma van 2014 que achei 5 km depois e uma Kombi 2012 que não achei até hoje.” Depois da tragédia, Edel passou nove meses desempregado tomando remédios para dormir. “Ele perdeu a rota. Como dizem os mineiros, acabou o milho, acabou a pipoca”, afirma sua mulher, Cleinice Rezende de Sá, mencionando ainda certa discriminação com os atingidos.

“No princípio é aquela comoção. Mas aí a Samarco fechou, desemprego geral. De quem é a culpa? Da comunidade de Bento. As pessoas que olham feio dizendo: ‘Vocês tão no hotel, vão receber dinheiro, vocês estão muito bem’.” Na nova casa, Edel fez questão de manter visão panorâmica do terraço alto, aquele que salvou sua vida.

O antigo distrito de Bento Rodrigues é hoje uma terra arrasada, em que ruínas das antigas casas, igreja e escolas dormem cobertas pela lama. Para acessar o local é preciso autorização da Defesa Civil e, na maioria dos casos, acompanhamento de algum antigo morador do povoado.

Enquanto alguns querem apagar a história e nunca mais pisar no local, outros voltam sistematicamente nos dias de folga e até acampam nos finais de semana nas casas vazias que sobraram na parte alta.

Operador de máquina na Vale, um dos que retornam semanalmente é Antônio Quintão. Levando um facão na garupa da moto, ele visita a antiga casa, faz orações e pesca. Das duas residências da família restou só uma porteira, que colocará na nova casa com os dizeres “porteira da saudade, porteira da esperança”.

“Cada um tinha seu modo de vida, seu ganha pão. Nada de viver em casa alugada, com esmola de empresa”, diz com ar sóbrio.

Para Antonio Pereira Gonçalves, membro da comissão de atingidos e conhecido como Da Lua, um dos desafios é conter a ansiedade e manter a comunidade unida diante de todo tipo de oportunistas.

“Todo mundo ficou desorientado, mas a gente não gosta nem de lembrar do que já passou. Uma comunidade do tempo dos bandeirantes foi destruída em dez minutos. É um processo cansativo, mas a gente é incansável. O trabalho da comissão é ter calma, frieza, não ceder às pressões.”

Segundo ele, ainda não está definido o que acontecerá com o velho Bento.

“É um lugar muito visado, com a barragem, o dique. A empresa quer apagar a cena do crime, a gente não quer. Já está assinado, a comunidade lá permanece do jeito que está. A Igreja de Nossa Senhora dos Mercês, na parte alta, foi tombada. Queremos poder contar a história.” -

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Bernardo Caram e Daniel Carvalho

Título: Guardia defende regra que deixa estados fora de divisão de recursos do pré-sal

Brasília- Na semana em que Congresso e governo tentam chegar a um acordo sobre uma partilha com os estados de recursos de leilão ou de exploração de

petróleo, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, defendeu a manutenção da regra em vigor. Isso deixaria os governos regionais fora da divisão de recursos.

"Eu acho que a regra que está em vigor funciona bem, eu manteria a regra que está em vigor", afirmou nesta segunda-feira (26).

Tramita no Senado projeto que viabiliza um megaleilão do pré-sal que pode render R\$ 100 bilhões, segundo estimativa do governo.

O texto da chamada cessão onerosa permite que outras empresas possam operar em blocos do pré-sal hoje controlados pela Petrobras.

Em negociação com governadores, o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, aceitou fazer divisão de recursos que, pelas regras atuais, iriam para o caixa da União.

O Congresso, porém, começa a semana sob incerteza do que acontecerá com a cessão onerosa, porque não há acordo sobre a divisão do dinheiro.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não pautou o projeto de lei que incluiu a proposta de partilha com estados e municípios dos recursos do Fundo Social —voltado a investimentos em saúde e educação.

Pela proposta, 30% dos recursos desse fundo seriam destinados a prefeitos e governadores, mas alongo prazo.

Se a Câmara aprovar o texto, o Senado pode votar o projeto de cessão onerosa sem fazer alterações em relação ao que foi aprovado pelos deputados, acelerando a tramitação.

"Vamos ver amanhã [terça-feira] . Não sabia que uma coisa tem relação com a outra", disse Maia à Folha, sem descartar que o projeto entre na pauta da Câmara.

Outra possibilidade —e esta tem a simpatia do futuro governo— é repassar a estados e municípios 20% do bônus de assinatura dos contratos, o que representa algo em torno de R\$ 20 bilhões.

A previsão do presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), era votar o texto da cessão onerosa nesta terça-feira (27), mas, diante do impasse, a votação pode ficar para quarta-feira (28).

Ele tenta um acordo entre a equipe econômica do atual governo, comandada por Guardia, e do futuro, chefiada por Paulo Guedes.

Se não se chegar a um acordo e Maia não pautar o projeto, uma possibilidade aventada por senadores é que o governo de Michel Temer edite uma medida provisória com a divisão dos recursos.

"Nunca conversei com quem quer que seja sobre medida provisória. Medida provisória é uma prerrogativa do presidente da República", disse Guardia.

Eunício disse que está em negociação com o presidente. "Eu mesmo estou à frente para encontrar saída legal com Temer."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Apesar de queda da cotação do ferro, receita do Brasil deverá ser estável

Mercado Aberto

A cotação da tonelada de minério de ferro caiu de mais de 8% nos últimos dias, mas o preço agora é realista e deverá ser estável pelos próximos anos, dizem analistas e representantes do setor. O valor se reduziu, entre outros motivos, porque as fábricas chinesas fizeram compras de minério de qualidade baixa, segundo Hui Shan, a estrategista sênior de commodities do Goldman Sachs.

"Países exportadores não devem se preocupar. A redução aconteceu, em parte, porque o valor estava alto, perto de US\$ 80 (R\$ 315) por tonelada. O inventário está baixo e a atividade de construção chinesa é saudável." Deverá haver uma flutuação entre US\$ 60 e US\$ 70 pelos próximos dois anos, segundo especialistas da XP, da Tendências e do Ibram (Instituto Brasileiro da Mineração).

"Esse é um patamar razoável, o preço em US\$ 75 é que estava acima do normal. Foi uma correção", afirma Karel Luketic, sócio da XP. Em volume, a produção deverá subir com a entrada ou retorno à atividade de minas que estão paradas hoje, segundo Cinthia Rodrigues, gerente de pesquisa do Ibram.

"A Samarco não produz desde 2015. A Anglo American voltará a operar seu minerioduto, que está em reparos." Não houve queda de exportação porque a Vale inaugurou um complexo em Carajás que compensa a paralisação de outras empresas. "Em termos de receita com vendas, ficaremos praticamente estáveis [nos próximos dois anos]: há o recuo do valor, mas o nível de produção contrabalançará", diz Felipe Beraldi, da Tendências.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/11/2018****Seção: Colunas****Autor: Aline Bronzati Cynthia Decloedt Fernanda Guimarães****Título: » Lugar ao sol.**

Coluna do Broadcast

A corretora Marsh Brasil e a Travelers acabam de lançar um seguro para sistemas de energia solar, para coberturas de Risco de Engenharia, em caso de acidentes durante a instalação dos painéis, e de Risco Operacional, para danos causados por vendavais, problemas elétricos e roubo. Além disso, o seguro também tem coberturas de responsabilidade civil profissional, para prejuízos causados em decorrência de erros na instalação dos equipamentos de geração de energia solar. Esse tipo de seguro, que até aqui tem grande penetração apenas no segmento empresarial, agora poderá ser contratado também por pessoas físicas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/11/2018****Seção: Editorial****Autor:****Título: Inflação mais alta para quem ganha menos**

A variação dos preços continua a pesar menos no orçamento das famílias mais pobres do que no das mais ricas, mas, em outubro, a inflação teve impacto maior nas classes de renda mais baixa do que nas de renda mais alta.

De acordo com o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, publicado na Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, os reajustes dos preços dos alimentos e da energia elétrica nos últimos meses pesaram mais nas contas das famílias mais pobres.

Assim, diminuiu a diferença entre a inflação das famílias de renda mais baixa e a das de renda mais alta. Em janeiro deste ano, por exemplo, a inflação acumulada de 12 meses dos mais pobres era de 2,1%, 1,6 ponto porcentual menor do que a das famílias mais ricas (de 3,7%). Em outubro, a diferença tinha caído para 1 ponto (com inflação, respectivamente, de 3,9% e 4,9%).

Essa redução se deveu ao fato de que, embora tenha se acelerado para todos, a inflação de outubro foi maior para os que ganham menos (de 0,49%, ante 0,42% para os que ganham mais). Isso porque a alta da tarifa de energia elétrica pressionou de forma mais intensa a inflação das famílias de renda mais baixa, por causa do maior peso desse item nos gastos normais dessas famílias.

Pela mesma razão, embora tenha sido baixa, a inflação da alimentação no domicílio, de 0,9% em outubro, teve impacto maior nas famílias que ganham menos. Na outra ponta da classificação por renda, foi o aumento de 2,2% do preço da gasolina que pressionou a inflação em outubro.

O cenário para a inflação, independentemente da faixa de renda, continua “benigno”, na avaliação do Ipea. Apesar da aceleração observada nos últimos meses, diz a instituição, “não há focos de pressão que ponham em risco o cumprimento da meta, tanto para 2018 como para 2019”.

A alta acumulada de 12 meses até outubro, de 4,56% (pouco acima da meta de 4,50% fixada para o ano), decorreu de pressões consideradas pontuais, não havendo indicações de um processo disseminado de alta de preços. Os preços administrados, como os da gasolina e da energia elétrica, com alta acumulada de 9,9%, foram a principal fonte de pressão da inflação nos últimos meses. Já os preços livres têm tido comportamento surpreendente, contendo a inflação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/11/2018

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Anne Warth Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: Bolsonaro tenta nova saída para cessão onerosa

Equipe de Guedes quer viabilizar megaleilão de petróleo sem depender do Congresso

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe vão hoje ao Tribunal de Contas da União (TCU) discutir a possibilidade de assinar o acordo de revisão da cessão onerosa do pré-sal entre União e Petrobrás sem precisar da aprovação do projeto de lei que tramita no Senado. A assinatura do acordo é fundamental para viabilizar o megaleilão de óleo excedente das áreas da cessão onerosa que pode render R\$ 100 bilhões, recurso considerado crucial para o ajuste fiscal em 2019.

A cessão onerosa foi um acordo fechado em 2010 entre a União e a petroleira, que permitiu à estatal explorar, sem licitação, 5 bilhões de barris de petróleo

em campos do pré-sal na Bacia de Santos. Projeto que está previsto para ser votado hoje no Senado estabelece regras para o leilão do petróleo excedente do pré-sal. Pelo texto, não há repartição desses recursos com Estados e municípios.

Há duas semanas, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que o presidente eleito, Jair Bolsonaro, e o futuro ministro da Economia aceitaram repassar parte dos valores obtidos no leilão para Estados e municípios. A avaliação é que o debate em torno da divisão dos recursos com Estados e municípios já atrapalhou o calendário e há risco de perda muito grande de receitas numa negociação acelerada em dezembro, ao fim da legislatura.

O entendimento é que a votação está contaminada pela eleição para as presidências do Senado e, principalmente, da Câmara. Há risco de ver a arrecadação “minguar” em um embate de forças políticas.

Preparação.

Segundo o Estadão/ Broadcast apurou, uma reunião técnica no TCU com representantes de Guedes ontem serviu de preparação para a estratégia que pode ser adotada nos próximos dias.

A avaliação é que o projeto de lei, embora dê conforto ao governo, não é fundamental para a assinatura do acordo. O projeto de lei surgiu justamente para dar segurança aos técnicos, que temiam ser processados pelo TCU caso o acordo fosse considerado desfavorável. Se o TCU der aval ao acordo, mesmo sem o projeto de lei aprovado pelo Senado, esse problema estará resolvido.

Com o novo acordo assinado, o leilão dos excedentes da cessão onerosa pode ser marcado, e o projeto de lei poderia ser votado em 2019, em um cenário mais favorável para o novo governo, já com a posse dos senadores eleitos neste ano. O governo atual é contrário à edição de uma Medida Provisória (MP) para fazer a divisão dos recursos aos governos regionais sem contrapartidas de ajuste fiscal.

O fundamental, para o governo, é aprovar o leilão da cessão onerosa ainda neste ano, na última reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), marcada para 17 de dezembro. Se não for aprovada até 31 de dezembro, a rodada terá de ficar para 2020, já que será analisada sob uma nova regra do TCU.

Essa instrução normativa, que entra em vigor em 1.º de janeiro de 2019, exige que toda a documentação referente a leilões seja enviada à Corte de contas 150 dias antes da data prevista para a publicação do edital, um processo mais moroso que o atual. Com o leilão aprovado neste ano, a previsão é que ele possa ser realizado entre maio e junho de 2019.

Paralelamente a isso, o TCU pode avaliar os termos do acordo de revisão entre União e Petrobrás também nos primeiros três meses do ano, antes, portanto, da licitação. A avaliação é que não há tempo de assinar o contrato até o fim deste ano, já que a última reunião plenária de ministros do TCU ocorre em 5 de dezembro. O importante é que o acordo seja formalizado antes da data do leilão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/11/2018

Seção: Economia

Autor: Cynthia Decloedt

Título: Queiroz Galvão Energia pede recuperação extrajudicial

Braço de energia do grupo citado na Operação Lava Jato tenta reestruturar uma dívida de R\$ 3,8 bilhões

A Queiroz Galvão energia (QGE) entrou com pedido de recuperação extrajudicial ontem, apresentando à Justiça de São Paulo dívidas que somam mais de R\$ 3,8 bilhões. O pedido sinaliza que o grupo Queiroz Galvão, alvo da Operação Lava Jato, evoluiu nas renegociações de suas dívidas, que superariam a marca de R\$ 10 bilhões.

As conversas visando à reestruturação dos débitos já se estendem por quase dois anos. Paralelamente às negociações em curso com os bancos, o grupo busca uma liquidação organizada de seus ativos. O plano de recuperação extrajudicial foi aprovado pelos detentores de 68,2% do total dos créditos sujeitos ao plano.

Venda de energia.

A medida também está relacionada à tentativa da Queiroz Galvão energia (QGE) de evitar seu desligamento da Câmara de Comercialização de energia Elétrica (CCEE). O processo de expulsão da QGE da entidade foi iniciado na semana passada, em razão de uma dívida de R\$ 50 milhões não quitada pela empresa. Um dos motivos para o pedido de recuperação extrajudicial seria justamente essa disputa com a câmara de comercialização.

Os advogados do escritório Thomaz Bastos, Waisberg e Kurzweil (TWK) argumentam, no documento entregue à Justiça, pela suspensão do processo de desligamento e pelo restabelecimento do acesso da companhia ao sistema CliqCCEE, que é usado para a compra e venda de energia. A defesa da Queiroz

Galvão energia também solicita que a empresa fique livre da imposição de multas de qualquer natureza.

O pedido de recuperação extrajudicial envolve R\$ 3,8 bilhões em dívidas. O valor se refere a cerca de 40 unidades do braço de energia do grupo Queiroz Galvão, constituído em 2012 para consolidar os investimentos em geração e comercialização de energia elétrica.

Em seus seis anos de operação, a QGE colocou em operação 20 parques eólicos, com 830 megawatts de capacidade instalada. Do total do crédito que faz parte do processo, R\$ 2,7 bilhões são quirografários e R\$ 1,18 bilhão têm garantia real.

Prazo.

A empresa apresentou três opções de pagamento aos credores: permuta por ações de sociedade de propósito específico (SPE), que terá a QGE como holding; a troca de 10% dos créditos por debêntures emitidas por SPE e 90% por bônus de subscrição de ações ordinárias da mesma SPE; e o pagamento em dinheiro no montante de 2% do crédito abrangido, acrescido de juro de 2% ao ano, a ser pago dez anos após a homologação do plano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/11/2018

Seção: Economia

Autor: Leonencio Nossa Tânia Monteiro / BRASÍLIA

Título: Economista é cotado para Minas e Energia

O economista Luciano de Castro, atualmente na Universidade de Iowa, nos Estados Unidos, passou a ser o nome mais cotado para assumir o **Ministério de Minas e energia** no governo Jair Bolsonaro, segundo apurou o Estado. Outros nomes na disputa enfrentam resistências do setor. É o caso de Paulo Pedrosa, que atuou como secretário executivo da pasta na gestão de Fernando Bezerra Coelho Filho, atual deputado pelo DEM.

Já contra o economista Adriano Pires, outro na lista de apostas, pesa o bom trânsito com representantes do PSDB. A pasta de Infraestrutura, por sua vez, pode ficar com o general da reserva Joaquim Brandão. No fim da manhã de ontem, o vice-presidente eleito, Hamilton Mourão, informou que Brandão estava sendo estudado para o cargo.

“Ele tem grande experiência na área”, disse à reportagem. Brandão substituiu Oswaldo Ferreira no comando do Departamento de Engenharia e Construção do Exército (DCI). Atualmente, assessora o ministro de Segurança Institucional (GSI), Sérgio Etchegoyen. Ele é ligado ainda ao comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas.

Pelo desenho do novo governo, Bolsonaro ainda sonda um nome forte para o Grupo Central de Infraestrutura (GCI), um órgão que pretende criar no âmbito da Presidência da República.

O GCI atuaria como um espaço de supervisão e arbitragem nas disputas entre a pasta da Infraestrutura e órgãos como Ibama e Funai. A meta é criar um grupo com força política em situações que envolveriam o Ministério Público Federal nas grandes obras.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/11/2018

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Combustíveis em alta em Minas e no Distrito Federal

Mercado S/A

O preço dos combustíveis continua acelerando no Brasil, de acordo com o Índice de Preços Ticket Log (IPTL), levantamento mensal feito com base na rede credenciada de mais de 18 mil postos. Em Minas Gerais (foto), o etanol registrou aumento de 3,19% no comparativo com setembro, sendo vendido a R\$ 3,499. No Distrito Federal, os postos reajustaram os preços do etanol em 2,70%, que passou a ser negociado a R\$ 3,379. O curioso é que os aumentos aconteceram mesmo depois da redução dos valores nas refinarias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Sergio Lamucci | De São Paulo

Título: Destaques

Petróleo sobe

O petróleo começou a se recuperar ontem da queda acentuada registrada nas últimas semanas, com destaque para a baixa de quase 8% na sexta-feira na esteira da produção maior e dos receios quanto à expansão da demanda. Enquanto o contrato do WTI para janeiro fechou o dia com alta de 2,39%, a US\$ 51,63 o barril na Bolsa de Mercadorias de Nova York (Nymex), o Brent ganhou 2,85% na ICE, em Londres, para US\$ 60,48 o barril. Investidores viram uma oportunidade de compra após a perda considerada "exagerada", de mais de 30% desde a renovação das máximas em quatro anos no início de outubro.

Juiz aceita RJ da Saraiva

O juiz Paulo Furtado de Oliveira Filho aceitou ontem o pedido de recuperação judicial da Saraiva, protocolado na sexta-feira na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo. A maior rede de livrarias do país acumulou uma dívida de quase R\$ 675 milhões. Estão suspensas ações contra a Saraiva por 180 dias. O juiz fixou em R\$ 100 mil a remuneração mensal do administrador judicial, o escritório Lucon Advogados. O advogado Ronaldo Vasconcelos será o responsável. A varejista tem agora 60 dias para apresentar seu plano de pagamento aos credores. A companhia, antes de ir à Justiça, estava propondo às editoras de livros um deságio de 45% no montante e dez anos para pagamento da dívida.

CPFL Renováveis em MG

A CPFL Renováveis recebeu da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorização para iniciar a operação comercial da pequena central hidrelétrica (PCH) Boa Vista 2, com 29,9 megawatts (MW) de potência. O início de suprimento do empreendimento, localizado em Varginha (MG), é janeiro de 2020. Com a antecipação da entrada em operação, a CPFL Renováveis vai comercializar a energia no mercado livre, garantindo retorno adicional para o projeto.

EDF e Canadian Solar

A EDF Renewables e a Canadian Solar alcançaram um valor de R\$ 1,39 bilhão em financiamentos para o complexo solar de Pirapora, de 399 megawatts-pico (MWp), em Minas Gerais, por meio de múltiplas fontes de recursos, informou ontem a companhia canadense. A francesa possui 80% de participação no complexo, enquanto a Canadian Solar detém os 20% restantes. De acordo com a companhia canadense, o parque solar Pirapora I, de 191,5 MWp, levantou R\$ 220 milhões de debêntures de infraestrutura por meio de colocação privada para investidores institucionais credenciados. As debêntures têm um prazo de 16 anos e são garantidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e BID Invest, braço do BID para o setor privado. O projeto já recebeu

financiamento de R\$ 529 milhões do BNDES, anunciado em 2017. "Essa estrutura é resultado de uma parceria inovadora entre o BNDES e o BID, que poderia estimular o financiamento de outros projetos de energia renovável no país", informou a Canadian Solar. O parque Pirapora II, de 115 MWp, fechou financiamento de longo prazo de R\$ 366 milhões com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Fernanda Pires | De São Paulo

Título: Braço de energia da Queiroz Galvão pede recuperação extrajudicial

A Queiroz Galvão Energia (QGE), braço do grupo de infraestrutura Queiroz Galvão, pediu a homologação de um plano de recuperação extrajudicial. As dívidas totalizam R\$ 3,848 bilhões. Segundo o plano de recuperação extrajudicial, ao qual o **Valor** teve acesso, os credores poderão optar por uma de três formas distintas de pagamentos.

A primeira seria receber, em troca, participação em uma sociedade de propósito específico (SPE) que passará a ser a holding dos ativos de energia da QGE pós-reestruturação. O **Valor** apurou que o fundo Castlelake, maior credor da empresa depois de comprar R\$ 2,8 bilhões em créditos de bancos, vai optar por essa conversão.

A segunda forma seria pagamento em títulos, por meio da permuta de 10% dos créditos abrangidos por debêntures emitidas pela nova holding da companhia. Os 90% restantes seriam trocados por bônus de subscrição de ações ordinárias da mesma sociedade de propósito específico, ambos com vencimento, taxas de remuneração e demais condições já estabelecidas pelo plano.

Reestruturação de R\$ 3,85 bilhões em dívidas já teve aval de credores representando 68,2% dos créditos

A terceira opção prevê que o pagamento se dará pelo pagamento em dinheiro, correspondente a 2% do crédito abrangido pela recuperação extrajudicial, acrescido de juros remuneratórios de 2% ao ano. O pagamento será feito em uma parcela na data do 10º aniversário da homologação do plano.

"O plano, fruto de intensas negociações com os credores abrangidos, viabiliza a superação da crise financeira das requerentes, permitindo a continuidade de

suas atividades empresariais, preservando sua função social e mantendo sua condição de geradoras de empregos e tributos", informa o documento.

O pedido foi elaborado pelo escritório Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados, contratado diretamente pela Queiroz Galvão Energia, uma vez que o grupo dividiu os esforços para reestruturação de dívida em quatro frentes.

O plano já teve aprovação de credores representantes de 68,2% da dívida total da companhia, sendo 60,7% dos detentores de créditos quirografários (que somam R\$ 2,663 bilhões) e 81,4% de aprovação dos detentores de créditos com garantia real (R\$ 1,185 bilhão).

O pedido informa que, desde sua criação, em 2012, a QGE implantou e colocou em operação 830 megawatts (MW) em eólicas e hidrelétricas. "Recentemente, entretanto, as requerentes vêm sofrendo os impactos de uma crise econômica sem precedentes", diz o documento. Para retomar o crescimento e a capacidade de investimento, preservando a empresa e sua função social e econômica, a Queiroz Galvão defende a reestruturação de seu passivo.

Outro problema financeiro urgente da companhia se refere aos passivos no mercado de curto prazo de energia. A QGE tinha até ontem para pagar R\$ 124,2 milhões na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O montante se refere à exposição ao risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) acumulada de fevereiro até agora, cobrada depois que a liminar que protegia a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) perdeu a validade. A companhia foi a única associada da entidade que não regularizou a situação na liquidação das operações do mercado à vista de setembro, concluída no início deste mês.

Segundo fontes, o vencimento do prazo para esse pagamento foi um gatilho para a apresentação do plano de recuperação extrajudicial, que vinha sendo debatido há tempos entre os credores e a administração da companhia.

A CCEE iniciou o processo de desligamento da companhia na semana passada, quando foram sorteados relatores dentro do seu conselho de administração para acompanhar o caso. Se confirmado o desligamento, a companhia será impedida de realizar sua atividade principal, que é a compra e venda de energia.

O plano de recuperação extrajudicial apresentado propõe que o desligamento seja suspenso, ao pleitear que o montante de R\$ 171,2 milhões em valores devidos no mercado à vista (parte ainda não vencidos) seja abrangido pela recuperação extrajudicial, com reestruturação e pagamento de acordo com o plano.

"Afiml, haverá risco de dano irreparável caso as requerentes sofram os efeitos do não pagamento de tais créditos abrangidos e não aporte das respectivas garantias, já que sua capacidade de cumprimento do plano estará comprometida e sua atividade econômica praticamente inviabilizada", informa o documento.

A QGE pediu ainda que a CCEE restabeleça seu acesso ao sistema para registro de novos contratos de compra e venda de energia, assim como alterações nos contratos existentes. As operações foram suspensas com o início do processo de desligamento. Normalmente, as comercializadoras registram contratos de venda sem montantes especificados, ajustando a cada mês para clientes. Se esse for o caso da Queiroz Galvão, a empresa já passa por problemas na venda de energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Rita Azevedo | Do Rio e de São Paulo.

Título: Petrobras avalia plano 2019-2023

O conselho de administração da Petrobras deve analisar amanhã o Plano de Negócios e Gestão (PNG) da companhia estatal para o período 2019-2023. Na reunião, o colegiado pode aprovar o plano ou solicitar modificações no documento.

Antes de ser encaminhado para a deliberação do conselho, a versão preliminar do PNG 2019-2023 será apreciada hoje pelo comitê estratégico da companhia.

Em entrevista recente ao **Valor**, o diretor de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão da Petrobras, Nelson Silva, disse que o plano está previsto para ser divulgado ao mercado no início de dezembro. Segundo ele, o novo plano terá uma terceira métrica topo. Além dos compromissos de segurança operacional e de redução do nível de endividamento, o documento deve conter ainda uma métrica de retorno sobre o capital empregado. O PNG 2019-2023 também terá um orçamento específico para projetos de transformação digital.

Ontem, reportagem publicada no portal da revista especializada "Brasil Energia Petróleo" informou que o PNG 2019-2023 da Petrobras terá previsão de investimentos superior a US\$ 80 bilhões. Procurada pelo **Valor**, a Petrobras não comentou o assunto.

A versão atual do plano (2018-2022) prevê investimentos de US\$ 74,5 bilhões. Desse total, 81% são destinados ao segmento de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Nesta semana, o Itaú BBA elevou a recomendação para as ações preferenciais da Petrobras para compra e o preço-alvo de R\$ 27 para R\$ 32. Em relatório, os analistas André Hachem e Leonardo Marcondes destacaram, entre outros pontos, que o crescimento da produção da Petrobras está, finalmente, perto de acontecer, após a entrega de quatro plataformas em 2018 e da expectativa de entrega de mais duas.

Os analistas estimam que a produção de petróleo da companhia em 2018 fique em 2,038 milhões de barris diários, abaixo, portanto, da meta de 2,1 milhões de barris diários previstos pela companhia.

Com relação à 2019, o banco projeta a produção de petróleo da Petrobras em 2,254 milhões de barris diários. A curva continuará em trajetória crescente até 2025, quando deverá atingir uma média de 2,867 milhões de barris diários.

O Itaú BBA projeta que a produção de óleo da empresa alcançará 2,740 milhões de barris diários, em 2023. No atual plano de negócios da Petrobras, a estatal prevê chegar ao fim do horizonte, em 2022, com 2,9 milhões de barris diários de óleo produzidos no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Minério de ferro cai 8,4% e pode se desvalorizar mais

Sem a sustentação dos preços do aço na China, o minério de ferro iniciou a semana em forte queda, dando sequência às chamadas "vendas de pânico" que pressionam as cotações desde quinta-feira. De acordo com a "Metal Bulletin", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao recuou US\$ 5,88, ou 8,4%, nesta segunda-feira, para a cotação de US\$ 64,25 a tonelada.

Desde o início da semana passada, a commodity acumula baixa de cerca de US\$ 10 por tonelada, ou 14%. No mês, a baixa ultrapassa 15%. Os preços também levaram um tombo no mercado futuro. Na bolsa de Dalian, os contratos com entrega em janeiro recuaram 5,5 yuans por tonelada, a 477,50 yuans. O

contrato futuro de vergalhão caiu 51 yuans por tonelada, para 3.583 yuans (US\$ 516 a tonelada).

A trajetória de desvalorização pode continuar no curtíssimo prazo, na esteira da redução da produção de aço na China, motivada pelas margens cada vez mais estreitas das siderúrgicas locais, e dos cortes sazonais de capacidade no país asiático decorrentes da aproximação do inverno, na avaliação do banco suíço Julius Baer.

A instituição projeta cotação de cerca de US\$ 60 a tonelada para a commodity, considerando-se um horizonte de 12 meses. No longo prazo, o Julius Baer é mais pessimista, diante da avaliação de que a China está deixando para trás o pico de consumo de minério.

Ao mesmo tempo, escreveu em relatório o analista Carsten Menke, os preços do aço, que cederam nas últimas semanas e levaram ao colapso das margens de muitas siderúrgicas chinesas, devem se estabilizar, impedindo uma desaceleração mais forte do que esperado no mercado imobiliário daquele país.

Com a chegada do inverno, o governo chinês tradicionalmente impõe cortes na produção de aço, como parte da política ambiental. Neste ano, afirma o analista, a expectativa é a que o governo mantenha volumes adequados de oferta de produtos siderúrgicos aos setores de infraestrutura, indústria e construção imobiliária. Contudo, os volumes produzidos de aço bruto e ferro-gusa têm se aproximado cada vez mais na China, numa indicação de que há maior consumo de sucata em lugar de minério de ferro ou de fornos elétricos em lugar das tradicionais operações integradas, e também com consumo mais intenso de sucata.

As incertezas, segue o analista, estão fundamentalmente relacionadas à reação do governo chinês à recente desaceleração local, bem como ao tamanho e ao escopo dos cortes de produção associados à política antipoluição no país. "A transição da China de economia orientada por investimentos para uma economia sustentada por consumo deve provocar mudanças estruturais na demanda de metais. O aço é o mais afetado e o consumo parece ter atingido o pico", escreveu Menke. Além disso, a migração das siderúrgicas para fornos elétricos reduzirá o consumo de minério de ferro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/11/2018****Seção: Finanças****Autor: José de Castro | De São Paulo****Título: Volatilidade do petróleo afeta moedas de exportadores da commodity**

A forte volatilidade do petróleo, somada a um ambiente de menor demanda por risco, tem reduzido correlações entre ativos diversos e a commodity, além de forçar investidores a buscarem outras estratégias nesse mercado. Um dos resultados mais evidentes da menor sensibilidade entre as classes de ativos é o menor "beta" de moedas de países liquidamente exportadores de petróleo em relação aos preços do barril do insumo. O "beta" indica quanto um ativo varia a cada oscilação de um ativo de base - no caso, o petróleo.

De acordo com o Goldman Sachs, a melhor estratégia, dentro do mercado de câmbio, para capturar variações dos preços do petróleo é combinar posições (compradas ou vendidas) em divisas de países liquidamente importadores do óleo e assumir aposta contrária em moedas de exportadores líquidos do insumo.

O Goldman Sachs concluiu que rublo russo, peso colombiano, dólar canadense, peso mexicano, coroa norueguesa, ringgit malaio e real brasileiro são as moedas com correlação positiva aos preços do petróleo. Na outra ponta, aparecem lira turca, iene japonês, rupia indiana, yuan chinês, franco suíço e florim húngaro.

"Questões idiossincráticas podem estar tendo papel relevante" nessa menor correlação das moedas de países exportadores de petróleo, afirma o Goldman, citando em especial os casos do rublo russo e do peso mexicano. No contexto do Canadá, a queda prévia dos preços do petróleo produzido no país já havia sido incorporada aos preços do "loonie", o que limita uma desvalorização adicional do câmbio canadense, dizem Kamakshya Trivedi, Mark Ozerov e Ian Tomb, que assinam a nota enviada a clientes.

A estratégia ajuda ainda a suavizar o efeito das variações do dólar contra essas divisas, o que tenderia a atrapalhar estratégias direcionais, já que o dólar e o petróleo têm mostrado menor correlação nos últimos dois anos.

Num sinal de que as correlações estão abaladas, ontem a lira turca apreciou cerca de 0,8%, enquanto o rublo russo desvalorizou em torno de 1,4%. Isso num dia em que os preços do petróleo dispararam.

Em Nova York, o contrato do WTI com vencimento em janeiro fechou em alta de 2,39%, a US\$ 51,63. Em Londres, o barril do Brent para janeiro subiu 2,85%, a US\$ 60,48. Em novembro, porém, ambos acumulam quedas em torno de 20%.

Não por acaso, as ações do setor de energia em Wall Street têm o terceiro pior desempenho no mês, em queda de 7,2%. Apenas tecnologia (-8,9%) e serviços de comunicação (-7,9%) caem mais no mesmo período, considerando 11 setores do S&P 500.

Ontem, porém, o setor de energia teve um respiro, com alta de 1,5%. O movimento ajudou a empurrar os índices de ações em Nova York ao melhor pregão em quase três semanas. O S&P 500 fechou em alta de 1,55%, aos 2.673,45 pontos. O Dow Jones ganhou 1,46%, aos 24.640,24 pontos. E o Nasdaq Composto avançou 2,06%, para 7.081,85 pontos. O índice de volatilidade VIX, "proxy" do medo do mercado, caiu 12,17%, a 18,90.

Hoje, as atenções de investidores se voltam para uma série de discursos de membros do Federal Reserve (Fed, BC americano), que antecede falas do presidente do banco, Jerome Powell (na quarta-feira) e a divulgação da ata da última reunião de política monetária da instituição, na quinta.

Analistas acreditam que Powell não chancelará expectativas de pausa nas altas de juros no ano que vem. Essa crença ajudou a valorizar o índice do dólar em 0,17% ontem, para cotação máxima em dez dias. **(Com agências internacionais)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/11/2018

Seção: Legislação & Tributos

Autor: Beatriz Olivon | De Brasília

Título: Relator vota a favor da Petrobras em julgamento bilionário no Carf

A Petrobras saiu na frente em um julgamento bilionário no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Começaram a ser analisadas ontem, na 1ª Turma da 4ª Câmara da 3ª Seção, três autuações fiscais sobre aluguel de plataformas petrolíferas - uma das teses mais importantes da estatal na esfera administrativa. Por ora, apenas o relator, conselheiro Lazaro Antonio Souza Soares, representante da Fazenda, votou. Entendeu que todas as cobranças devem ser canceladas.

Com pedido de vista, os conselheiros só devem retomar o julgamento em janeiro. Outras duas autuações sobre o mesmo assunto, porém, deverão ser

analisadas hoje, em outra turma. No total, são cinco processos com um valor total de R\$ 18,71 bilhões - as três analisadas ontem somam R\$ 11,52 bilhões.

Outras empresas do setor têm casos semelhantes. Foram autuadas porque a Receita Federal discordou da forma de contratação dos serviços de exploração marítima de petróleo. Normalmente, costuma-se separar em dois contratos, um para o aluguel (afretamento) e outro para a prestação de serviços de perfuração, exploração e prospecção - geralmente firmado com subsidiária do fornecedor estrangeiro.

Como o afretamento das embarcações não é tributado, geralmente corresponde ao maior valor do negócio. A partir de 2014, porém, a Lei nº 13.043 passou a estipular um percentual máximo para a alocação de receitas em cada contrato.

De acordo com o tributarista Tiago Conde, do Sacha Calmon Misabel Derzi Consultores e Advogados, as empresas usam um padrão internacional para a divisão, mas a Receita Federal normalmente considera artificial o contrato de afretamento, mesmo sem provas. "É necessário analisar cada contrato para demonstrar se realmente existe fraude ou artificialidade", diz.

Nos últimos cinco anos, 18 processos, envolvendo diferentes contribuintes, foram julgados no Carf. Há apenas três decisões favoráveis. A mais recente delas, de abril, envolve a Shell Brasil Petróleo (processo nº 10872.720149/2016-79).

Por maioria de votos, a 1ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção considerou legítima, mesmo antes da alteração promovida pela Lei nº 13.043, de 2014, a celebração de contratos de afretamento e de prestação de serviços com execução simultânea.

No acórdão, a turma afirma que, se a fiscalização considerar que existe "transferência maliciosa" de valores do contrato de prestação de serviços para o de afretamento, deve determinar ou estimar os valores transferidos. O auditor fiscal, segundo os conselheiros, não pode apenas desconsiderar o contrato de afretamento e tributar todo o valor como se fosse decorrente da prestação de serviços.

As cobranças normalmente são pesadas. Desde 2008, segundo a Fazenda Nacional, são quase R\$ 80 bilhões em autuações só contra a Petrobras. No julgamento de ontem, estavam em análise três. Uma delas, no valor de R\$ 3,19 bilhões, refere-se à Cide supostamente devida em 2011 (processo nº 16682.723011/ 2015-64). A outra, de R\$ 3,26 bilhões, inclui PIS/Cofins do mesmo ano (processo nº 16682.723012/ 2015-17). E uma terceira, de R\$ 5,07

bilhões, cobra as contribuições sociais para o ano de 2012 (processo nº 16682.722899/2016-07).

Em sustentação oral, o advogado da Petrobras, Tiago Lemos de Oliveira, defendeu que não há, nos autos, nenhum elemento probatório que sustente a alegação da Fazenda [sobre a divisão fraudulenta]. "Só há suposições", disse. Para ele, se a fiscalização acredita que há um contrato artificial, teria que fazer um levantamento no mercado para saber quais fatias poderiam ser de serviços e de afretamento. "E não desconsiderar o contrato [de aluguel] como um todo."

Já o procurador Fabricio Sarmanho, da Fazenda Nacional, afirmou que a Petrobras coloca a maior parte do contrato no aluguel da plataforma, que tem alíquota zero. "É um contrato de gaveta artificialmente criado para uma prestação de serviços", disse. "É um planejamento tributário dos sonhos."

Em seu voto, porém, o relator, Lazaro Antonio Souza Soares, representante da Fazenda, acolheu a argumentação do contribuinte. No Repetro, segundo ele, a própria Receita Federal permite a bipartição contratual. "Todo o modelo proposto pelo legislador permite a separação", afirmou ele, que considera a legislação "bastante cristalina".

Para o relator, não ficou demonstrada artificialidade ou simulação no caso. Plataformas de petróleo têm alta tecnologia e custo elevado e, por isso, é razoável a desproporção entre a remuneração dos contratos, segundo ele. "Os custos das operações justificam a desproporção dos contratos, nada havendo de ilegal ou simulado", disse.

A mesma tese será analisada hoje pela 2ª Turma da 4ª Câmara da 3ª Seção. Os conselheiros vão retomar o julgamento de uma autuação de R\$ 4,97 bilhões (processo nº 16682.722898/2016-54) em que a Receita cobra Cide de 2012. O caso começou a ser julgado em outubro e foi suspenso por pedido de vista antes do voto do relator. Na mesma turma será analisada a validade de uma cobrança de PIS/Cofins, no valor de R\$ 2,22 bilhões, referente a 2010 (processo nº 16682.720837/2014-91).

MME / ASCOM .